



Forças criadoras do imaginário feminino frente à crise climática

Denize Aparecida Rodrigues de Amorim ¹

UFMT

ORCID: 0000-0002-7254-8193

Rosana Manfrinate ²

UFMT

ORCID: 0000-0001-9415-8041

Lúcia Shiguemi Izawa Kawahara ³

UFMT

ORCID: 0000-0001-6559-723X

Resumo: Este artigo em Educação Ambiental e Justiça Climática parte do aprendizado fenomenológico da metodologia da Cartografia do Imaginário e tem por objetivo compreender como as mulheres das comunidades tradicionais quilombolas e as migrantes haitianas entendem as mudanças climáticas a partir de seus próprios referenciais de saberes, embasando nossos olhares como força criadora para a Educação Ambiental. Suas narrativas contribuem para a compreensão da própria humanidade e nossa relação com a natureza.

¹ Dra. Denize Aparecida Rodrigues de Amorim - Engenheira Florestal. Gestora Governamental do Governo do Estado de Mato Grosso - SEPLAG/MT. E-mail: denize.enildo@gmail.com

² Dra. Rosana Manfrinate - Historiadora - UFMT. Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal -GECA/UFMT. Analista de Meio Ambiente - SEMA/MT. E-mail: rosmanfrinate@gmail.com

³ Dra. Lucia Shiguemi Izawa Kawahara - Pedagogia-UFMT, Analista de Meio Ambiente - SEMA/MT. E-mail: kawahara.lucia@gmail.com

Palavras-chave: Educação Ambiental; Justiça Climática; mulher quilombola; migrantes haitianas; Cartografia do Imaginário.

FUERZAS CREADORAS DEL IMAGINARIO FEMENINO ANTE LA CRISIS CLIMÁTICA

Resumen: Este artículo de Educación Ambiental y Justicia Climática parte del aprendizaje fenomenológico oriundo de la metodología Cartográfica del Imaginario con la finalidad de comprender como las mujeres de las comunidades tradicionales *quilombolas* y las migrantes haitianas entienden los cambios climáticos desde sus propios referenciales de saberes, con énfasis en una mirada hacia la comprensión de la humanidad y nuestra relación con la naturaleza.

Palabras-clave: Educación Ambiental; Justicia Climática; mujer *quilombola*; migrantes haitianas; Cartografía del Imaginario.

CREATIVE FORCES IN THE FEMININE IMAGINARY IN FACE OF THE CLIMATE CRISIS

Abstract: This article on Environmental Education and Climate Justice stems from the phenomenological learning of Cartography methodology of the Imaginary with the objective of understanding how women in traditional *quilombola* communities and Haitian migrants understand climate change, considering their own knowledge references. This will base our view as creative force for Environmental Education. Their narratives contribute to the understanding of humanity itself and our relationship with nature.

Keywords: Environmental Education; Climate Justice; *quilombola* women; Haitian women; Cartography of the Imaginary.

ENEGRECER NOSSAS PESQUISAS

No contexto mundial das mudanças climáticas, os vários relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) apontam que estamos chegando a uma situação extrema de devastação que afeta diretamente o clima da Terra. Muitas pesquisadoras já alertam sobre as mudanças globais pela magnitude das consequências. Pelas pesquisas, sabemos que de uma maneira ou de outra seremos todas atingidas por esse fenômeno. Todavia, muitas de nós são mais vulneráveis que outras devido à dependência de sua sobrevivência estar diretamente ligada à natureza, como é o caso das pessoas que vivem em comunidades tradicionais.

E, nesse contexto, correlacionamos vulnerabilidades às Mudanças Climáticas e ao entendimento do conceito de Injustiça Climática (MILANEZ; FONSECA, 2011), pois tal estágio ocorre quando uma determinada comunidade de pessoas tem que suportar sozinha uma carga maior de degradação ambiental

2

e as maiores consequências das mudanças climáticas em nome do chamado “bem-estar” e “desenvolvimento” da sociedade. Entretanto, mesmo dentro destas comunidades em situação de vulnerabilidade socioambiental, algumas pessoas estão mais prejudicadas que outras, uma vez que isso dependerá da maior ou menor condição de elas serem capazes de gerir crises.

Dentro dessa vulnerabilidade maior estão inseridas as mulheres das comunidades tradicionais que, invariavelmente, batalham para sobreviver em seus territórios que já sentem tais consequências ou, em muitas vezes, elas precisam migrar em busca de melhores oportunidades de vida, tornando-se assim denominadas também como “as migrantes climáticas”. Isso pode ser mais preocupante ainda se considerarmos, conforme nos apontam as pesquisas realizadas pelo Instituto de Prevención Salud y Medio Ambiente, da Espanha (2013), e pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA, 2011), do Brasil, que as mulheres de tais grupos sociais foram consideradas as pessoas que menos estão informadas sobre as mudanças climáticas.

Assim, ao ponderarmos que essas mulheres estão em contato com a natureza e nessa relação elas constroem saberes, seria possível que tais mulheres tivessem conhecimento desse fenômeno global, mas de uma forma embasada pelos sinais que vivenciam em seu cotidiano? Por conseguinte, isso é importante para uma nova abordagem sobre o tema com as comunidades, considerando o conhecimento que elas carregam como forças criadoras do imaginário feminino para a Educação Ambiental.

Por meio dessa abordagem, trouxemos para essa ciranda, como participantes de pesquisa, dois grupos de mulheres negras: as mulheres da comunidade tradicional quilombola de Mutuca, no município de Nossa Senhora do Livramento, em Mato Grosso - MT, território vibrante no cerrado da seca com transição para o bioma pantanal; e as mulheres haitianas que migraram para a capital Cuiabá, MT, Brasil e que narram as suas experiências transitando por esses territórios até a chegada no cerrado.

Nesse panorama geográfico, aflora a discussão sobre a questão do desconhecimento das mudanças climáticas também como uma das

interseccionalidades que permeiam a situação de opressão socioambiental sobre as mulheres negras, principalmente, as de comunidades tradicionais, como as quilombolas e as migrantes haitianas.

Assim, o objetivo deste artigo é compreender como as mulheres das comunidades tradicionais quilombolas e as migrantes haitianas entendem as mudanças climáticas a partir de seus próprios referenciais de saberes, embasando nossos olhares como força criadora para a Educação Ambiental. Nesse sentido, entendemos que podem ser denominadas, pois a Educação Ambiental partilha outras compreensões do mundo, da natureza e da vida, tanto na subjetividade do indivíduo quanto na coletividade (TRISTÃO, 2008), uma vez que o saber do indivíduo se constrói na relação entre o diferente, o identitário e o coletivo (FREITAS, 2006).

Importante para nós é explicitar a relação da Educação Ambiental, pois necessitamos pensar as Mudanças Climáticas pelos princípios deste campo do saber que pesquisamos, dialogamos, refletimos, militamos e que reconhece que não tem o papel de explicar ou transmitir verdades a respeito do tema, mas de promover a manifestação das diferentes formas de compreendê-lo (AVANZI; MALAGODI, 2005, p. 98).

Por isso, é importante que a Educação Ambiental, como princípio de formação de pessoas, sensibilize e oportunize novas formas de pensamentos a fim de proporcionar, para os que estão em situação de vulnerabilidade, conhecimento dos seus direitos e articulações, como forma de aprendizagem às suas reivindicações (SORRENTINO; TRAJBER; FERRARO JÚNIOR, 2005). Dessa maneira, trazemos o protagonismo das mulheres e suas relações com a natureza, representando uma rica simbologia que reflete o feminino educador que já vem desde a nossa formação como civilização.

Muito em função disso, o estudo sobre as mulheres tem se tornado cada vez mais importante na pauta do cuidado ambiental. Para algumas pesquisadoras, como Clover, Follen e Hall (2000), as mulheres são as precursoras do cuidado com o ambiente, visto que ele se inicia em seus lares e comunidades por meio de uma compreensão particular, como o ensino do

tratamento de saúde pelos cuidados, utilizando a natureza sem degradá-la, uma vez que a sobrevivência de sua família pode depender também da sobrevivência desta natureza. As pesquisadoras nos lembram que:

[...]. As mulheres desenvolveram no cotidiano estratégias de sobrevivência em que deve-se inspirar a sobrevivência do planeta. Suas idéias e suas ações traduzem outra compreensão das problemáticas atuais [...], ao nível de um saber superior [...] (CLOVER; FOLLEN; HALL, 2000, p. 16-18).

Porém, é importante compreender que, no nosso mundo moderno, as formas como as mulheres se relacionam com o meio ambiente estão baseadas também nas suas relações já estabelecidas no próprio âmbito sociocultural, que define papéis e responsabilidades em função do gênero e dependem da classe econômica social à qual as mulheres pertencem.

Nesse caso, as mulheres negras tornam-se as mais invisibilizadas tanto no que diz respeito a injustiças socioambientais como o fato de não serem beneficiadas por políticas públicas, pois na maioria das vezes não são consideradas, em estudos e pesquisas, nas diversas pressões que elas sofrem devido aos preconceitos existentes e estruturais em nossa sociedade.

Há que se ter em mente que, segundo Collins (2016), gênero, raça e classe social são sistemas distintos de opressão, não existindo uma forma de hierarquizá-los, posto que incidem da mesma forma sobre o sujeito, e por isso o conceito de interseccionalidade é tão importante para essa compreensão.

Neste sentido, há uma série de opressões que se incidem sobre essas mulheres, ou nas palavras de Henning (2015), as intersectam. Para Collins (2016), o racismo e o sexismo agem como dupla ou tripla discriminação, eles se sobrepõem e se influenciam mutuamente.

Assim, a interseccionalidade (HENNING, 2015) constitui-se ferramenta teórico-metodológica fundamental para ativistas e teorias feministas comprometidas com análises que desvelem os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça, seja em contextos individuais, práticas coletivas ou arranjos culturais/institucionais, com referenciais que contribuam para o diálogo mais inclusivo e transformador.

E ao trazermos os achados de nossas pesquisas, ousamos nominar que a interseccionalidade também deve construir o debate das mudanças climáticas, como contribuição do campo de saber da Educação Ambiental, tecidas metodologicamente, como a seguir apresentamos.

A CARTOGRAFIA DO IMAGINÁRIO COMO GUIA

Estas reflexões partem das pesquisas defendidas em teses de doutorados de Lúcia Shiguemi Izawa Kawahara (2015), Rosana Manfrinate (2018) e Denize Aparecida Rodrigues de Amorim (2020), destacando que as três pesquisas em Educação Ambiental têm em comum a metodologia Cartografia do Imaginário e os princípios de vida e visões de mundo das pesquisadoras. São pesquisas elaboradoras no Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA), orientadas pela professora doutora Michèle Sato, autora da metodologia coletiva⁴.

Da tese de Kawahara (2015), que apresenta as festas de São Pedro na comunidade de Joselândia, distrito de Barão de Melgaço, Mato Grosso, nosso olhar se direciona para o pantanal e os ciclos da natureza e da vida, incorporando o ambiente às festas de santos católicos, sendo defendida por tal pesquisadora como currículos para a vida esta história. Inspiramo-nos nela, com base nesta metodologia; a proposta de trabalhar a vida nas dimensões diversas nas duas comunidades negras do quilombo de Mutuca e das haitianas em Cuiabá, tecendo a Educação Ambiental e Justiça Climática, levaram-nos a sonhar com mundos possíveis (FREIRE, 2015). Por meio dessa metodologia encontramos a possibilidade de exercer a liberdade da imaginação, onde se pode tecer com leveza do buscar o saber que almejamos.

Importante destacar que a Cartografia do Imaginário não é um caminho fixo, mas a gente vai adentrando a pesquisa, sentindo como ela caminha por um olhar por vezes amplo sobre a pesquisa, por vezes detalhista e com isso vai possibilitando recriar narrativas de vida, ao mesmo tempo, também propõe crítica

⁴ O GPEA é um grupo pesquisador existente há 25 anos na UFMT e durante todo esse período vem realizando importantes contribuições acadêmicas na sociedade mato-grossense, brasileira e internacional: <https://gpeaufmt.blogspot.com/p/historico.html> Acesso em 12.09.2022

à visão de mundo instituída e endurecida (SATO, 2011). E assim a metodologia procura, por vários caminhos, refletir sobre a realidade, compondo uma construção de conhecimentos para a Educação Ambiental de modo singular, e com os nossos princípios e práticas nos direcionam à pesquisa narrada.

Por conseguinte, tal metodologia é um estar fazendo e, por estar sempre em andamento, ela se recria nos textos ao incorporar o achado nas questões, nas poesias, nas teorias que chegam ao inusitado do imaginário na busca incansável da pesquisa. Seu uso realmente se abre à liberdade de refletir sobre a pesquisa com a leveza do ar, com o calor humano da teatralidade do corpo, tal qual a mesma liberdade da água em vazar sentimentos inspira e cria com os pés na terra as vivências pedagógicas ao longo dos trajetos.

E assim a Cartografia do Imaginário se apresenta desenhada pelas linhas da tecitura (ou categorias de pesquisa) em seus quatro (4) elementos da natureza (Água, Terra, Fogo e Ar), na inspiração trazida pelas leituras das obras de Gaston Bachelard (1884-1962), fenomenólogo francês que, durante seus “devaneios noturnos”, deixava a imaginação fluir e se embevecia com as criações da imaginação (BACHELARD, 2009, p. 52). Nesse vagar, a imagem se apresenta na dupla realidade: uma realidade psíquica e uma realidade física. E nela o ser imaginante e o ser imaginado estão mais próximos. O psiquismo humano formula-se primitivamente em imagens (BACHELARD, 2008a, p. 05).

Nesta reflexão, na perspectiva da Educação Ambiental que pretende abordar a temática da migração, das mudanças e Justiça Climática e da mulher negra, torna-se mais que necessária uma sensibilidade ainda mais apurada para lidar com o mundo pesquisado, que vem ao nosso encontro, considerando sempre e sempre quem narra em sua grandeza do vivido, entrelaçando com o aporte teórico que adensa a discussão ambiental e científica e assim possamos sonhar com processos educativos transformadores.

Um conhecimento enraizado em sonhos, que permaneça num impulso criativo e crítico das diversas formas de existência e que, sobremaneira, consiga novas formas de ultrapassagem às violências vivenciadas pela nossa era. A EA deve ter o compromisso de permitir sermos protagonistas para alcançar a utopia – apaixonadamente sempre! (SATO, 2001, p. 34).

Metodologicamente, as pesquisas que serão refletidas em conjunto neste artigo foram realizadas em dois territórios distintos, que serão caracterizados: o do quilombo, com as mulheres da Associação do Mutuca e o das cidades, com as mulheres haitianas.

DOIS QUILOMBOS: MUTUCA E HAITI

O território de Mutuca é uma comunidade quilombola, localizada à distância de 60 quilômetros de Cuiabá, no município de Nossa Senhora do Livramento, doravante chamado Livramento, que faz parte de um território maior denominado Vale do Rio Cuiabá. Em Mutuca vivem 130 famílias que se apresentam orgulhosamente como herdeiras da terra, elas são sobreviventes e descendentes de pessoas que foram escravizadas durante o longo período de 300 anos de nossa história. A comunidade foi se estabelecendo ali e já estão fixadas nessa região há mais de século e assim se identificam como quilombo. Até recentemente viveram muitos episódios de perseguições, despejos, injustiças, violência por conta dos fazendeiros e pessoas poderosas da região que não admitem que a comunidade negra seja a verdadeira herdeira da terra.

Mutuca é uma das seis comunidades que fazem parte do Complexo do Quilombo Mata Cavalo, de denominações diferentes utilizadas pelos moradores no processo de identificação das famílias herdeiras: Comunidade Estiva (Ourinho); Comunidade Mata Cavalo de Baixo; Comunidade Mata Cavalo do Meio; Aguaçu (Passagenzinha); Comunidade Mata Cavalo de Cima e a Comunidade de Mutuca. Atualmente, por conta da forte resistência das comunidades em continuar no território, instalou-se um tempo de paz quanto aos despejos e às perseguições. (SIMIONE, 2008).

Assim, a comunidade de Mutuca e as outras cinco se juntaram em um complexo de associações para aumentar forças na conquista da terra. Apesar de tantas lutas, a comunidade ainda sofre com a falta de políticas públicas referentes às condições de sobrevivência. No quilombo não tem posto de saúde, saneamento básico, nem coleta de lixo, assistência rural ou assistência em

relação a qualquer crise hídrica. Porém, por mais que vivam situações adversas, a Comunidade Mutuca tem uma grande atuação coletiva, reúnem-se em trabalhos coletivos, festas, orações, reivindicações e cursos. E assim buscam formas de a cada dia tornarem-se resistentes a dificuldades que os afligem.

Já o grupo das mulheres haitianas que vivem em Cuiabá, tem a sua vinda para o Brasil reconhecida pela nossa pesquisa como um fenômeno decorrente, sobretudo, de causas socioambientais alinhavadas por pactos políticos. Por tal histórico a origem da migração haitiana é distinta da de outras migrações de diversas nacionalidades recém-estabelecidas em Mato Grosso. Quando as migrantes chegaram a Cuiabá, o local de abrigo para elas, principalmente nos primeiros anos - logo após o terremoto em 2010, foi o Centro Pastoral para o Migrante (CPM ou Casa, como denominaremos neste artigo), instituição que oferece acolhimento, com cama e refeições por até 45 dias geralmente. Também na Casa há estrutura para ajudá-las a conseguir emprego, o que as auxilia no desenvolvimento da autonomia e as ampara no processo de estabelecimento de residência na capital e no Brasil. (AMORIM, 2020)

Na pesquisa relatada, o primeiro critério de escolha das entrevistadas foi a atenção para aquelas que já estavam há mais tempo em Cuiabá e, portanto, com certo domínio da língua portuguesa. Ao longo da pesquisa, outras foram entrevistadas de forma espontânea na rua, ou em instituições comerciais, e indicadas por outras pesquisadoras, pois temos, na Educação Ambiental, realizado compartilhamentos das tecituras de pesquisas na coletividade (SOUZA, 2019; GOMES, 2019). Em relação ao idioma, tivemos o auxílio de uma das primeiras entrevistadas, muito fluente em português, tornando-se grande parceira de campo, ajudando, utilizando seu conhecimento da língua francesa e créole e não só na tradução, também na explicação do intento da pesquisa e inclusive indicou mais 4 haitianas de seu convívio.

Notadamente, as entrevistas com estes dois grupos de mulheres negras, trazidas neste artigo para reflexão, foram realizadas por meio de perguntas abertas, na pesquisa de campo, com o intuito de compreender como elas entendem as mudanças climáticas e quais eram as principais vulnerabilidades

das entrevistadas em relação a esse fenômeno e, ainda, quais os possíveis impactos sobre elas mesmas.

Assim, foram compostas algumas das perguntas:

- *A senhora já ouviu falar das mudanças climáticas? Se sim, onde?*
- *Essas mudanças de temperatura, com calor, chuva e seca, atrapalham as suas atividades, o seu trabalho e a sua saúde?*

Para que as respostas tivessem o tom da narratividade, nelas se destacam não só a fala, mas a memória, expressão, corporeidade, espaço e acontecimentos das experiências das entrevistadas, sendo tal narrativa, na visão de Bachelard (2001), construída das experiências por meio dos seus devaneios. Assim fomos tecendo o conhecimento, pois também acreditamos que "[...] não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa" (BAUER; GASKELL, 2010, p. 35).

Ressaltamos ainda que, por recomendação da Plataforma Brasil e, com o cuidado da ética na pesquisa, os nomes das entrevistadas foram suprimidos. Para as quilombolas, mulheres do cerrado, nominamos com nomes da flora deste bioma. Já para as haitianas, a inspiração adveio da compreensão fenomenológica de suas histórias, com as flores nas cortinas encontradas em toda casa haitiana que adentramos a convite delas, pois, para Bachelard (2001, p. 208), “como todos os seres, é preciso amar as flores antes de nomeá-las”.

E, desta forma, fomos cartografando o imaginário pelas narrativas destas mulheres sobre seu cotidiano e sua compreensão de mundo, dos momentos mais simples aos grandes desafios encontrados ao longo da vida.

SABERES E APRENDIZADOS

Quando as mudanças climáticas passaram a ser uma preocupação, dando início aos vários estudos de seus impactos, ficou evidente que as pessoas mais afetadas são e serão aquelas que menos causam tais alterações, pois, além de terem um modo de vida mais simples e menos consumista, é muitas vezes mais dependente da natureza. Os estudos revelam que tais grupos de pessoas terão seus modos de vida totalmente modificados, seja pelas secas ou

pelas chuvas extremas que estão previstas (ASCELRAD, 2005). A vulnerabilidade às mudanças climáticas também advém da exclusão social à qual parte da população está exposta, agravando a situação de injustiça na qual se encontram.

Diante do tema “Mudanças Climáticas”, tínhamos a intenção de saber como as mulheres o conheciam e o entenderiam. A pergunta era bem objetiva: — *A senhora já ouviu falar sobre mudanças climáticas?* E a resposta nos dois grupos foi a mesma: nunca tinham ouvido falar.

Entretanto, quando perguntado de outra forma, “*a senhora acha que o tempo⁵ está mudando?*” Todas foram unânimes em responder que sim. Desse modo, mostraram-nos que o termo em si - “Mudanças Climáticas” - não denota tanta importância, uma vez que elas nos confirmam que algo está mudando no que elas entendem por “tempo”: que sentem e sabem que isso está acontecendo. Então, consideramos que existe o conhecimento das comunidades e que sentem no seu dia a dia tais mudanças, porém elas não conhecem de que fenômeno se trata ou o porquê ele ocorre.

É calor, dá dor de cabeça, aqui é muito mais calor do que Haiti... fumaça, isto dá problema, problema de nariz... [sic] (Gérbera - haitiana)

Quando eu era pequena, lá no Haiti, não estava muito calor assim, mas quando estou crescendo, estou vendo que tem mudança. [sic] (Rosa - haitiana)

Ah, muito mais calor. Frio não tem tido. Não tem frio aqui, você tem friozinho de uma semana assim. Naquela época não, quando nós éramos criança, né, tinha muito frio. Agora está mais quente, como está mais quente! Naquele tempo tinha tempo que estava quente, mas agora já é o ano inteiro quente, né, só de um jeito só e quente e solão que vai cada vez esquentar mais. [sic] (Dona Pequi - quilombola)

Deus me livre! Agora mais quente que no tempo que eu morava lá na casa de meu pai. Olha esse ano, esse sol aqui parecia que ia pegar fogo, incendiar a casa da gente. Não aguentava aqui dentro de calor. Na hora pra ‘mim’ tomar um alívio, tinha que jogar uma água assim no rosto e jogar um punhado de água aqui pra, meio que umedecia. Mas

⁵ Geograficamente, o tempo meteorológico se define como: o estado momentâneo da atmosfera em um determinado local. Ou seja, o tempo consiste na mudança de curto prazo da atmosfera, que pode ser de minuto a minuto, de hora em hora ou de dia a dia. O clima é definido como a média do tempo meteorológico observado para uma certa região e um período de tempo. Nas nossas entrevistas usamos tempo como sinônimo de clima, como é mais comumente falado pelas nossas entrevistadas. (MANFRINATE, 2018, p. 84)

quente assim eu até ainda não vi no mundo. [sic] (Sucupira - quilombola)

A dimensão corporal sente e nos mostra as imagens do calor se materializando na pele, o que a ciência vem mostrando por meio dos números: o aumento da temperatura. As impressões fisiológicas, de acordo com Bachelard (2008b, p. 115), sempre forneceram base para determinar “[...] espécies de Calor [...] a referência do corpo humano continuará se impondo por muito tempo, mesmo com o espírito científico já bastante desenvolvido”.

O corpo não é apenas uma carne, mas a matéria com sentidos do mundo que a rodeia e que percebe mudanças, que teme por elas e sabe que seu corpo não é o único a sofrer com o calor, como nos mostra a quilombola Dona Pequi, quando conta que *“agora está mais quente, como está mais quente!”*

Nossos olhares se voltam também para a casa como acolhida, segurança ou, como nos mostra Bachelard, (2008c, p. 24), “a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos”. E assim, fenomenologicamente, então a casa é o Quilombo ou o Haiti.

A dimensão ambiental como casa precede a casa física e ganha a imensidão da preocupação que ultrapassa o local e vai ao global, como acompanhamos na narrativa da Dona Sucupira: *“Calor assim eu nunca vi no mundo”*. O mundo aqui ultrapassa a dimensão geográfica, é o mundo na imensidão que está sofrendo como ela e que ela não precisa ver com seus olhos para imaginar, pois “a imensidão [...] nasce de um corpo de impressões que não derivam realmente das informações do geógrafo. Não há necessidade de muito tempo para conhecer o mundo sem limite” (BACHELARD, 2008c, p. 170).

Por conseguinte, temos um mundo ilimitado do imaginário, quando a quilombola nos mostra que nunca sentiu um calor tão intenso, sentimento que é compartilhado pela haitiana, que relembra que em comparação aos tempos de criança, está muito mais quente.

Interpretamos assim o pensamento do sociólogo Beck (2011, p. 93), que aponta como ilimitados os perigos dos eventos locais, pois:

Todos os perigos essenciais se tornaram perigos mundiais, a situação de cada nação, de cada etnia, de cada religião, de cada classe, de cada indivíduo em particular é também o resultado e a origem da situação da humanidade. O ponto decisivo é que, de agora em diante a principal tarefa é a preocupação pelo todo. Não se trata de uma opção, mas da própria condição.

Do ponto de vista das pesquisas com comunidades, isso é muito relevante, visto que permite entender que vivemos sim uma situação de eventos extremos relacionados às mudanças climáticas e esses relatos nos mostram formas preocupantes com que as entrevistadas já estão sofrendo seus efeitos, em lugares totalmente diferentes.

Passamos, pois, à segunda pergunta: se essas mudanças de temperatura, com calor, chuva, seca atrapalham as suas atividades, seu trabalho e sua saúde. Pelas narrativas, foi-nos mostrado que o aumento de temperatura, além de causar o desconforto térmico corporal nas mulheres, causa também um desarranjo da compreensão do tempo pelos fenômenos da natureza, como era costume na comunidade, que tinha um conhecimento do clima de gerações anteriores. Isto se confirma em teoria, pois se trata de conhecimento “que integra um capital de saberes transmitido socialmente ao longo do tempo, construído a partir da observação, da repetição e da cadência de fenômenos, e servindo de base a ação e à pequena prevenção”. (COELHO, 2005, p. 234).

Agora o calor que dura o ano todo, sem interrupção, e os ciclos que não existem mais exigem outros conhecimentos, é o que reforçamos no calendário da vida que precisa ser observado, pois está “sempre em construção, nunca acabada, em um processo permanente de mudança e aprendizagem” (KAWAHARA, 2015, p. 245).

As atividades das mulheres do quilombo necessitam dos chamados “sinais do tempo”, para que saibam as épocas do que devem fazer. O algodão para a tecelagem dos artesanatos, como as redes que elas vendem, precisa ser colhido ao se abrir em flor, mas não podem derrubar as plumas no chão, nem amadurecer em demasia, até soltar todas as sementes. Precisa ser na medida certa. Os tufos também não deverão correr o risco de se sujarem com a lama ou ficarem úmidos com a chuva. Ele tem o período certo para ser manuseado:

Se o algodão abre muito, ele solta todas as penulginhas, então não pode colher muito tarde, tem que colher na época certa, na hora de 'desencaroçar' não tem quase nada. [sic] (Sucupira – quilombola).

Minha mãe não deixava a gente catar o algodão que já tinha ficado na terra para fazer o fio, falava que não prestava mais, já tinha sujado demais. E se fizesse cara de chuva, nossa! A gente vinha correndo e colhia tudo. (Bocaiúva – quilombola)

Esse período correto, então, é o período da “friagem”, pois devido à massa de ar polar, o ar fica frio e seco, não correndo o risco de o algodão molhar ou se abrir em demasia com o calor, por isso nos primeiros sinais de frio do mês de julho, elas já sabem que é hora de colher o algodão.

Outro exemplo é a feitura dos doces caseiros das frutas típicas do cerrado mato-grossense, como o caju, que muitas o utilizam tanto para o consumo da família como para a constituição de fonte de renda extra, já que tais produtos da culinária típica da região são muito procurados, tanto pelas pessoas que aqui moram como por turistas, querendo conhecer o produto. Toda casa mato-grossense quilombola tem um pé de caju no quintal. E o caju é uma das frutas mais reverenciadas pela população do Vale do Rio Cuiabá.

Porém, aqui também chamamos a atenção para outro problema que é a elevação da temperatura da região e a falta da umidade no cerrado. A falta de chuva ocasiona a baixa produtividade dos cajus e, também, aumenta os riscos das queimadas nos cerrados que estragam toda a floração e a maturação dessa e das próximas produções de caju.

Já para as mulheres do Haiti, os problemas climáticos foram alguns dos grandes impulsionadores para a decisão de deixarem seu país e saírem pelo mundo em busca de novo abrigo. Isso porque a área ambiental no Haiti também tem seus problemas cada dia mais agravados pelos projetos de desenvolvimento. E o país já estava em uma situação ambiental bem comprometida antes do trágico terremoto de 2010. (PROSPERE; MARTIN, 2011; THOMAS, 2015).

A maioria das entrevistadas é de origem das áreas rurais do Haiti e nos relatam diversas situações que estavam sofrendo, como foram narrados: “O povo explora muito a terra, as árvores também. Para fazer carvão, as pessoas cortam árvores para usar e fazer carvão.” (Violeta - haitiana)

Com isso, hoje, o Haiti tem apenas 1% da sua cobertura natural. O país todo conta com apenas 4 unidades de conservação, sendo intensamente invadidas para a retirada de madeira e, praticamente, todas as montanhas estão desmatadas (PROSPERE; MARTIN, 2011, p. 349).

Devemos ter, entretanto, o cuidado de compreender que existe, nessa dinâmica do desmatamento no Haiti, mais do que só a derrubada de árvores para a utilização de carvão em fogões rústicos, também a dinâmica de ocupação e uso do solo, tanto para as indústrias de mineração como para a continuação da plantação de monocultura, herança nos moldes do período colonial (THOMAS, 2015).

No Haiti, as consequências do desmatamento seguem os mesmos padrões dos desmatamentos das florestas como em outras regiões do planeta e incidem principalmente na manutenção do ciclo da água.

Quando era criança, sempre teve chuva, mas agora quase não tem mais. (Crisântemo - haitiana).

Quando não tem água, tem uma máquina que perfura o solo para conseguir água e ele ganha dinheiro com isto, poço artesiano. (Hibisco - haitiana)

O poço artesiano necessita de projeto e execução técnica, além da sua manutenção, o que acaba sendo inviável para quem já está em situação de vulnerabilidade. Este modelo também insere a água na lógica mercantil por meio da privatização da captação, atendendo aos interesses econômicos de determinadas nações, consagradas com um histórico de dominação e exploração dos ditos recursos naturais de países em desenvolvimento (PORTO GONÇALVEZ, 2006).

Mas o desmatamento não traz apenas a falta de água, também o excesso de chuvas em um curto período, o que mostra a total desregulação das estações de estiagem e seca, causando muitos problemas, principalmente nas áreas rurais do Haiti:

Quando o rio não cabe mais água e sai para fora e sai matando gente. Inundação? Já aconteceu duas vezes na minha cidade [...] inclusive na segunda vez, morreu um monte de criança. [sic] (Girassol - haitiana).

[...] lá no Haiti, a natureza não é muito. A gente não faz muita plantação, ele só fica lá no central do país, para fazer comércio, eles ficam no centro do país para... como poderia falar... na capital do país, na parte

central, na província do país, só mínimo de pessoas que ficam, mas por isso, a plantação não está muito legal, tem pouca plantação. [...] e na província tem falta de água, então as pessoas vão para a cidade, sentem dificuldades e vão para a cidade. [sic] (Rosa - haitiana).

Elas, então, se enchem de coragem, tomam para si a imagem do povo haitiano que gosta de viajar como o motivo real para de lá saírem e tentam deixar para trás toda a degradação ambiental e a falta de condições que as levaram a migrar, atirando-se a um mundo novo e com novas esperanças.

Porém, consideramos também nas narrativas, tanto das quilombolas quanto das haitianas, que existem tantos outros processos que colocam a mulher em situação de vulnerabilidade ambiental e praticamente todos estão presentes na vida da mulher haitiana, como a apropriação capitalista e expropriação do seu território de origem, a devastação da natureza local, falta de autonomia, dependência econômica, falta de políticas públicas, os preconceitos da sociedade patriarcal, o racismo incidindo a interseccionalidade a qual já abordamos, que é difícil para elas apontarem apenas um, ou mesmo assumirem que sofrem com essas mudanças. (SANTOS, 2020).

Isso se dá, pois a sociedade da indústria e do consumo trabalha com o ideal de que o desenvolvimento é importante para o bem-estar do mundo e que a tecnologia estabelecerá o equilíbrio ambiental necessário, e que o ser humano não faz parte deste ambiente natural, mas sim de um ambiente modificado e “civilizado” à moda do capital (GRUN, 2008). Além disso, nunca vivemos tempos tão negacionistas em relação aos problemas ambientais, que distorcem a realidade, causam a invisibilidade e levam à inércia e à passividade em relação a esses problemas (LAYRARGUES; LIMA, 2014). Para Giddens (2010), esta invisibilidade do risco não nos deixa reagir, porque não percebemos o problema com clareza, mas se formos esperar que ele se torne visível, já será tarde demais.

Diante da constatação de que os problemas ambientais e as mudanças climáticas são entendidos pelas quilombolas e haitianas como uma situação com a qual não devam se preocupar, apesar de viverem seus efeitos, acreditamos que seja importante que a Educação Ambiental se apresente como uma proposta de diálogo com vistas aos movimentos sociais, movimentos negros/quilombolas

e ao da migração, e que não fuja ao debate que possibilite a desconstrução de uma verdade hegemônica que apenas faz sentido a uma elite mundial.

A antiga expressão, que não cessa de ser repetida – uma paisagem é um estado de alma –, recebe novíssimos significados. Com efeito, a expressão quase só visava a estados contemplativos, como se a paisagem só tivesse por função ser contemplada, como se fosse o simples dicionário de todas as palavras evasivas, vãs aspirações para a evasão. Ao contrário, com os devaneios da vontade se desenvolvem temas necessariamente precisos da construção demiúrgica: a paisagem torna-se um caráter [...] (BACHELARD, 2008a, p. 71).

E é este caráter inovador de aprendizado que se faz necessário ao nosso mundo. Há saberes e vivências que precisam ser valorizados, respeitados e essas mulheres têm direito de saber como relacionar as informações produzidas e necessárias à segurança e qualidade de vida nesta crise climática, conforme preconiza o princípio VII do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis:

A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna, devem ser abordados dessa maneira (TRATADO..., 2020).

Tal desafio não é tarefa simples e requer postura permanente de reflexão e diálogo coletivo com leitura crítica da educadora ambiental, que tem o papel importante de compreender o contexto, porque precisamos de “pessoas que pensam e vivem a educação como um projeto cultural de transformação de pessoas, de culturas, de sociedades e povos e, finalmente, de toda a humanidade” (BRANDÃO, 2005, p. 34).

FORÇAS-CRIADORAS FEMININAS

Em meio a tantos problemas e ameaças como as consequências das mudanças climáticas, as mulheres, tanto do Mutuca como as migrantes do Haiti, são pessoas que sabem ressignificar suas realidades, sobreviventes que são de uma visão hegemônica de mundo, pois “se não há mudança de imagens, união inesperada de imagens, não há imaginação, não há ação imaginante” (BACHELARD, 2001, p. 1).

Nesse aspecto de mudança da realidade imposta, encontramos em suas narrativas de resistências formas do cuidado em relação umas com as outras;

como exemplos, no Mutuca podemos citar duas figuras que fizeram parte da tradição do cuidado: as parteiras e as benzedeadas.

As parteiras eram figuras essenciais durante toda a gestação e não somente no parto. Era sempre uma mulher mais velha, muitas vezes uma avó do quilombo, que desde os primeiros meses dava conselhos sobre a gestação, media a barriga da grávida para ver se a criança estava se posicionando bem, passava chás que faziam bem ao intestino, escalda-pés para os inchaços e previa o possível dia do parto de acordo com a lua da semana. Chegado o dia do parto, aos primeiros sinais de dores da parturiente, ela era acionada, tomando o total controle da situação, comandando todos à sua volta para que não faltasse nada à futura mãe e à nova vida que estava para nascer, mostrando a importância do cuidado pois,

gerando e vigiando a vida com seus cuidados, em suas pequenas e grandes temporalidades e territorialidades, em suas formas cotidianas e nos longos tempos da história, elas estão também no mundo do trabalho, para além do espaço da casa, do labor doméstico, abertas ou escondidas [...] Nos espaços públicos da vida em comum: na escola, nas ruas, nos bares, nas praças, nos conventos, nas prisões, nos mercados, nos palcos, nos parlamentos, nos tribunais, nas estradas, nos hospitais, nos prostíbulos e em outros tantos e variados tempos e espaços do campo e da cidade, de ontem e hoje (TEIXEIRA; LOPES, 2008, p. 21).

Se a parteira é uma pessoa importante durante a gestação e para início da vida, outra mulher também se faz presente em toda a vida dos quilombolas: a benzedead. Essa era uma função extremamente necessária. Além de benzer inúmeras doenças, inclusive picadas de cobras, doenças de peles e até ossos que se quebravam ou torciam, ela também cuidava dos males da alma que atrapalhavam o andamento da vida.

A “benzeção” era um trabalho divino, que nem todas podiam exercer. As escolhidas, por vocação ou por algum desígnio do destino, eram sempre iniciadas por algumas das anciãs benzedeadas que lhes ensinavam as orações, que só deveriam ser pronunciadas nos momentos em que estavam sendo utilizadas em algumas bênçãos.

A solidariedade e força de vontade ainda fazem parte da vida das mulheres do Mutuca, que além de laços de sangue (quase todas são primas próximas ou distantes), também demonstram grandes laços de amizades, de

quem já passou por muitas dificuldades juntas em busca de um mundo com menos desigualdades, já que “não nascemos iguais: tornamo-nos iguais como membros de um grupo por força da nossa decisão de nos garantirmos direitos reciprocamente iguais” (ARENDDT, 1989, p. 335).

Outra forma aliada à tradição e que exerce um papel importante à melhoria de vida é a criação da “Festa da Banana”, que acontece desde 2007, de acordo com uma das lideranças do quilombo de Mutuca. A festa foi criada para trazer de volta as tradições da comunidade, principalmente em relação às comidas e doces. E, do mesmo modo, foi para mostrar para a nova geração a importância da herança cultural do quilombo. Assim, elas se utilizam de várias espécies de bananas, que são comuns para os quilombolas e que ainda guardam as antigas mudas de bananas.

A partir desse produto fazem doces, comidas típicas, artesanatos, expostos em uma linda festa de um dia, no primeiro domingo de julho. Essa festa tem se tornado importante no calendário de festa da região e está promovendo os produtos do quilombo, assim como sua importância sociocultural à região.

Nesses dois exemplos, as mulheres quilombolas demonstram que sua força está ligada também ao cuidado ambiental, pois dependem da natureza e a partir dela se definem para exercer o apoio com base no tempo vivido do conhecimento que foi construído dentro do território com especificidades de critérios de cuidado, como a prevenção e até mesmo não só a cura para o corpo, mas também da alma.

Na vida das haitianas, a força criadora está na sua reinvenção de território e de novas perspectivas de vida, com a coragem aprendida no Haiti, pois aquele pequeno país, uma ilha no mar do Caribe, é herdeiro de uma história que influenciou toda a humanidade, fez mudanças que ainda estão veladas para nós, brasileiras e brasileiros. Pois superou a escravidão, modelo econômico europeu imposto às pessoas de origem africana, com uma revolução tornou-se um país independente que enfrenta até hoje a invasão pelas grandes nações exploradoras do seu povo e território.

A complexidade das histórias e formação de um povo podem ajudar a entender a nossa própria contradição, não como comparação, mas para o enfrentamento de nossos complexos dilemas como nação: racismo, exclusão, exploração.

As haitianas e as demais migrantes vêm trazendo um recado: tem um processo provocado pelo modo de produção da economia predominante que gera conflitos, leva pessoas a saírem dos seus lugares de vida e sonhos em busca de oportunidades melhores de vida. A cada uma e a cada um deve ser propiciada uma vida plena, tendo em vista que nós temos um prazo muito curto de viver perante o tempo da Terra. Portanto, é inato almejar dignidade de vida e migrar pelo mundo em busca de uma vida melhor e de sonhar.

Dessa maneira, se partilharmos da única casa que possuímos, se convivemos neste planeta que nos acolhe, partilhamos temporalidades, territórios físicos e simbólicos, devemos ser e viver na coletividade e não na individualização. “Nessas condições, se nos perguntassem qual o benefício mais precioso da casa, diríamos: a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa nos permite sonhar em paz”. (BACHELARD, 2008c, p. 26).

A educação para a formação humana deve orientar o conhecimento sobre nós mesmos para que cada pessoa possa valorizar sua história, sua cultura, possa também aprender a ouvir a dos outros grupos sociais com os quais convivemos. Defendemos a Educação no sentido pleno, musical, artístico, libertária e de transformação neste mundo paralisado pelas pandemias e pelo medo de guerras. Anunciamos também que a Educação Ambiental é um movimento por reconhecimento de que há tratamentos desiguais a grupos sociais que mais sofrem os efeitos da mudança do clima, e que ela promova, em seus conceitos, princípios, manifestações, os direitos destes grupos sociais de terem vida digna no planeta.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Novas Articulações em Prol da Justiça Ambiental. **Democracia Viva**, n. 27, jun./jul. 2005.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 2, dezembro, 2022:
Recebido em: 20/09/2022
Aceito em: 30/11/2022

AMORIM, Denize Aparecida Rodrigues de. **O tecido climático na migração de mulheres do Haiti**: o velado e o vazado. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020.

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AVANZI, Maria Rita; MALAGODI, Marco. “Comunidades interpretativas”. *In*: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio (Org.). **Encontros e caminhos**: formação de educadores ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. p. 93-102.

BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

BACHELARD, Gaston. **A psicanálise do fogo**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco** – Rumo a outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aprender o amor**. Campinas: Papiros, 2005.

CLOVER, Darlene Elaine; FOLLEN, Shirley; HALL, Budd Lionel. **The nature of transformation**. Environmental adult education. Toronto: Ontario Institute for Studies in Education/University of Toronto, 2000.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Organização e Participação de Ana Maria Augusto Freire. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

FREITAS, Mário. Educação Ambiental e/ou Educação para o Desenvolvimento Sustentável? Uma análise centrada na realidade portuguesa. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 41, p. 133-147, 2006.

FUNDACIÓN MAPFRE. Instituto de Prevención Salud Y Medio Ambiente. **La Respuesta de la Sociedad Española ante el Cambio Climático**. Espanha. 2013.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. São Paulo: Zahar, 2010.

GOMES, Giselly Rodrigues das Neves Silva. **Justiça climática: “cantos” de resistência da deficiência visual**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019

GRUN, Mauro. **Ética e Educação Ambiental: A Conexão Necessária**. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2008.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015.

KAWAHARA, Lucia Shiguemi Izawa. **Currículos festeiros de águas e outonos: fenomenologia da educação ambiental pós-crítica**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011. 39 p.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambient. Soc.**, v. 17, n.1, p. 23-40, 2014.

MANFRINATE, Rosana. **Fontes do imaginário e educação ambiental: cartografia e justiça climática nas águas e sentidos das mulheres pantaneiras, quilombolas e mariscadoras**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

MILANEZ, Bruno; FONSCECA, Igor Ferraz. Justiça Climática e Eventos Climáticos Extremos: uma Análise da Percepção Social No Brasil. **Revista Terceiro Incluído** - ISSN 2237-079X – NUPEAT–IESA–UFG, V.1, N.2, jul./dez./2011, p. 82 –100, Artigo 13.

PROSPERE, René; MARTIN, Alfredo. A questão ambiental no/do Haiti: um desafio na reconstrução do país. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 3, n. 3, p. 345-351, 2011.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

COELHO, João Paulo Borges. Cap. 3: Estado, comunidade e calamidades naturais no Moçambique rural. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.218-251.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SATO, Michèle. Apaixonadamente pesquisadora em educação ambiental. **Educação, teoria e prática**, Rio Claro, v. 9, n. 16/17, p. 24-34, 2001.

SATO, Michèle. Cartografia do imaginário no mundo da pesquisa. *In*: ABÍLIO, Francisco J. P. (Org.). **Educação Ambiental para o semiárido**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p. 539-569.

SIMIONE, Roberta Moraes. **Território de Mata Caval: Identidades de Movimento na Educação Ambiental**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação] - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

SOUZA, Cássia Fabiane dos Santos. **O esvoaçar de lembranças no pouso de lutas socioambientais de mulheres negras**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; LOPES, José de Souza Miguel. **A mulher vai ao cinema**. Apresentação à primeira edição. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 21.

THOMAS, Frédéric. Haiti: um modelo de desenvolvimento anticamponês. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n.35, p. 129-141, jul./dez. 2015.

TRATADO de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Rio de Janeiro: **Fórum da Sociedade Civil**, CNUMAD, 1992, Versão Observare, 2020. Disponível em: <https://blogger.googleusercontent.com/img/a/AVvXsEg05Kvp1JpkFqZoosMW1DUlhzMRSzZWea-l4wWnb0KRrt66Scejfj3QZu9-jkYF6bcuKlloj5rdrvsrNGf1DY-4iwPUScGfFWOomj5sbhqmDdbTstM56AF8pIZhY1pes2VPSW-c3gn6dKFqvC0E7xsM1M->

Su1E0RCZufF0eQmNPQSArd8OQDxSKVu1d9Cg=s960 . Acesso em: 07 set. 2022.

TRISTÃO, Marta. A educação ambiental e os contextos formativos: uma interpretação dos movimentos na transição paradigmática. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Cuiabá, v. 14, p. 122-148, 2008.